



Anais da Assembléia

N. 138

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 118.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1985.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados José Antônio Fonseca e Artagnão Mattos Leão.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagnão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 226/85

Curitiba, 04 de dezembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para, nos termos do § 1.^o, letra b, do art. 15, da Constituição Estadual, convocar essa Augusta Assembléia Legislativa a reunir-se extraordinariamente, de 06 a 31 do corrente mês, para o fim especial de apreciar as seguintes matérias de relevante interesse público:

I — as constantes das Mensagens ns. 195/85, 218/85, 220/85, 221/85, 222/85, 223/85 e 225/85, já encaminhadas a essa Augusta Assembléia Legislativa;

II — as que objetivam referendo a Convênios bem como seus aditivos celebrados pelo Estado, cujas Mensagens encontram-se em tramitação nessa Casa de Leis;

III — outras a serem oportunamente encaminhadas. Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência

os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

MENSAGEM N. 219/85

Curitiba, 28 de novembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo n. 127/84, datado de 6.9.84, ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n. 3/83, celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem — DER, com o Município de Paranavaí, objetivando ampliação de recursos destinados à construção da ligação rodoviária, trecho BR/376 — Mandiocaba, no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 222/85

Curitiba, 02 de dezembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar, a partir de 1.^o de janeiro de 1986, os vencimentos dos cargos efetivos, dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis reflete a preocupação do Governo do Estado no sentido de manter, na medida do possível, a remuneração dos servidores públicos estaduais em níveis justos e atualizados, isto, obviamente, em perfeita harmonia com a atual conjuntura orçamentária e financeira do Paraná.

A anexa Exposição de Motivos n. 4.374/85, firmada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração, apresenta maior detalhamento sobre a necessidade, oportunidade e significado da medida ora encaminhada a esse Poder Legislativo Estadual.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 322/85

Art. 1.^o — Os níveis de vencimentos dos cargos

efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam fixados, a partir de 1.º de janeiro de 1986, de acordo com os valores constantes dos Anexos I e II.

Art. 2.º - O valor unitário do Salário Família, atribuído ao funcionário, por dependente legal, fica fixado em Cr\$ 20.325 (vinte mil, trezentos e vinte e cinco cruzeiros).

Art. 3.º - O valor mensal das pensões especiais, previsto no artigo 3.º da Lei n. 8.122, de 08 de julho de 1985, fica afixado em Cr\$ 268.134 (duzentos e sessenta e oito mil, cento e trinta e quatro cruzeiros).

Art. 4.º - A gratificação de produtividade, de que trata o artigo 4.º da Lei n. 8.122/85, fica majorada em 80.12 (oitenta ponto doze por cento).

Art. 5.º - Os valores de que trata o artigo 5.º da Lei n. 8.122/85, ficam majorados em 80.12 por cento (oitenta ponto doze por cento).

Art. 6.º - O vencimento mensal dos cargos em comissão de Secretário de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar e Procurador Geral do Estado, ficam majorados em 80.12 por cento (oitenta ponto doze por cento).

Art. 7.º - Os vencimentos dos cargos não abrangidos especificamente pelas tabelas anexas à presente Lei, ficam majorados em 80.12 por cento (oitenta ponto doze por cento) sobre os valores vigentes em 1.º de julho de 1985.

Art. 8.º - O artigo 2.º da Lei n. 7.700, de 06 de janeiro de 1983, alterado pela Lei n. 7.714, de 15 de junho de 1983, passa a ter a seguinte redação, acrescido de um parágrafo único:

"Art. 2.º - Será pago ao policial-militar inativado até dezembro de 1979 e não beneficiado com a gratificação que tenha o título de risco de vida, a gratificação de que trata o § 1.º do artigo 2.º da Lei n. 7.434, de 29 de dezembro de 1980, nos valores correspondentes aos pontos ou graduações do pessoal da ativa, desde que o total dos proventos acrescidos do adicional de inatividade não ultrapasse a remuneração total percebida por policial-militar da ativa em igualdade de condições nos correspondentes postos ou graduações.

Parágrafo Único - Estender-se-á a gratificação prevista no § 1.º do artigo 2.º da Lei n. 7.434/80, aos policiais-militares inativados até 31 de dezembro de 1979 e possuidores de gratificações de função com risco de vida, nos percentuais e na forma abaixo:

I - 45% (quarenta e cinco por cento) da gratificação policial-militar especial, calculado com base nos correspondentes postos da ativa, para os Oficiais Superiores;

II - 35% (trinta e cinco por cento) da gratificação policial-militar especial, calculado com base nos correspondentes postos da ativa, para os Oficiais intermediários e Subalternos;

III - 20% (vinte por cento) da gratificação policial-militar especial, calculado com base nas graduações da ativa, para as Praças Especiais, Subtenentes e Sargentos"

Art. 9.º - A gratificação de que trata o "caput" do artigo 2.º da Lei n. 7.700/83, com a redação dada por esta Lei, será paga progressivamente da seguinte forma:

I - a partir de 1.º de janeiro de 1986, 40% (quarenta por cento) do valor da gratificação especial da ativa ou do valor da diferença da gratificação da ativa para a atualmente percebida;

II - a partir de 1.º julho de 1986, 70% (setenta por cento) do valor da gratificação especial da ativa ou do valor da diferença da gratificação especial da ativa para a atualmente percebida;

III - integralmente a partir de 1.º de janeiro de 1987 em diante.

Art. 10 - Em nenhum caso, em razão do disposto nos artigos 8.º e 9.º desta lei, a somatória dos proventos, acrescidos do adicional de inatividade, poderá superar o total da remuneração final percebida por policial-militar da ativa, em igualdade de condições nos correspondentes postos ou graduações.

Parágrafo Único - Se ocorrer que os proventos do inativo, acrescidos do adicional de inatividade, tomem-se superiores ao total da remuneração final percebida por policial-militar da ativa, em igualdade de condições nos correspondentes postos ou graduações, o valor da gratificação Policial-Militar Especial, de que trata esta lei, deverá ser reduzido de forma que a soma dos referidos proventos com o adicional de inatividade fique equivalente à remuneração do pessoal da ativa.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1986, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

TABELA I POLICIAL MILITAR

	VALOR
Soldo do Posto de Coronel	3.588.999

TABELA II COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO - CRE

	VALOR
a) Agente Fiscal 1, Classe "C", Referência IV	2.627.792
b) Diretor da CRE (em comissão)	3.128.326
c) Agente Fiscal 4, Classe "D"	1.190.393

TABELA III PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

	VALOR
a) PROCURADORES:	
1. ^a	6.858.339
2. ^a	6.446.839
3. ^a	6.035.338
b) ADVOGADOS:	
1. ^a	5.623.838
2. ^a	5.212.338

TABELA IV ENGENHEIROS

CLASSE	VALOR
1. ^a	6.830.939
2. ^a	6.158.989
3. ^a	5.554.645
4. ^a	5.010.503
5. ^a	4.466.484

TABELA V
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

a) Vencimentos para 40 horas semanais

Ref. Padrão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
A	1.134.536	1.153.849	1.173.493	1.193.472	1.213.796	1.234.463	1.255.476	1.276.853	1.298.590	1.320.692	1.343.180
B	1.154.310	1.190.474	1.227.779	1.266.254	1.305.929	1.346.849	1.389.055	1.432.581	1.477.470	1.523.763	1.571.511
C	1.186.166	1.239.314	1.294.841	1.352.854	1.413.465	1.476.798	1.542.967	1.612.094	1.684.326	1.759.792	1.838.642
D	1.289.665	1.357.366	1.428.613	1.503.635	1.582.572	1.665.620	1.753.079	1.845.113	1.934.647	2.030.671	2.131.758
E	1.508.908	1.588.082	1.671.490	1.759.198	1.849.514	1.941.033	2.037.453	2.138.867	2.245.587	2.357.962	2.476.241
F	1.765.365	1.855.607	1.947.492	2.044.180	2.145.935	2.253.125	2.365.867	2.484.534	2.609.415	2.740.917	2.879.227
G	2.050.990	2.153.156	2.260.665	2.373.847	2.492.861	2.618.282	2.750.193	2.889.073	3.035.168	3.181.107	3.323.938
H	3.038.922	3.184.570	3.327.625	3.478.159	3.636.601	3.803.394	3.978.885	4.163.647	4.358.029	4.562.681	4.778.077
I	3.598.353	3.763.092	3.936.523	4.119.033	4.311.136	4.513.288	4.726.073	4.950.015	5.185.716	5.433.821	5.694.904

a) Vencimentos para 30 horas semanais

Ref. Padrão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
A	850.923	865.408	880.140	895.124	910.370	925.869	941.630	957.662	973.966	990.543	1.007.409
B	865.754	892.876	920.856	949.713	979.471	1.010.162	1.041.816	1.074.461	1.108.129	1.142.851	1.178.662
C	889.645	929.507	971.155	1.014.665	1.060.123	1.107.626	1.157.253	1.209.101	1.263.275	1.319.876	1.379.015
D	967.271	1.018.049	1.071.485	1.127.753	1.186.958	1.249.246	1.314.842	1.383.869	1.451.022	1.523.041	1.598.857
E	1.131.708	1.191.090	1.253.648	1.319.431	1.387.169	1.455.809	1.528.127	1.604.190	1.684.232	1.768.515	1.857.226
F	1.342.057	1.391.739	1.460.654	1.533.172	1.609.491	1.689.884	1.774.443	1.863.446	1.957.108	2.055.738	2.159.473
G	1.538.281	1.614.907	1.695.540	1.780.429	1.869.691	1.963.760	2.062.695	2.166.858	2.276.432	2.385.889	2.493.016
H	2.279.247	2.388.487	2.495.781	2.608.683	2.727.518	2.852.616	2.984.237	3.122.813	3.268.602	3.422.094	3.583.646
I	2.698.832	2.822.389	2.952.464	3.089.352	3.233.431	3.385.049	3.544.643	3.712.603	3.889.383	4.075.467	4.271.285

TABELA V
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

c)Vencimento para 20 horas semanais											Valores em cruzeiros
Ref.	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
Padrão											
J	2.417.385	2.526.428	2.641.222	2.762.025	2.889.177	3.022.981	3.163.828	3.312.050	3.468.065	3.632.284	3.805.098

TABELA VI
MAGISTÉRIO

Valores em cruzeiros											Valores em cruzeiros
Ref.	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
Padrão											
PA-1	1.320.416	1.360.028	1.400.829	1.442.854	1.486.140	1.530.724	1.576.646	1.623.945	1.672.663	1.722.843	1.774.528
PB-2	1.518.478	1.564.032	1.610.953	1.659.282	2.709.060	1.760.332	1.813.142	1.867.536	1.923.562	1.981.269	2.040.707
PC-3	1.822.174	1.876.839	1.933.144	1.991.138	2.050.872	2.112.398	2.175.770	2.241.043	2.308.274	2.377.522	2.448.848
PD-4	2.095.500	2.158.365	2.223.116	2.289.809	2.358.503	2.429.258	2.502.136	2.577.200	2.654.516	2.734.151	2.816.176
PE-5	2.409.825	2.482.120	2.556.584	2.633.282	2.712.280	2.793.648	2.877.457	2.963.781	3.052.694	3.144.275	3.238.603

TABELA VII
PROFESSORES PRIMÁRIOS SEM HABILITAÇÃO E REGIONALISTAS

Valores em cruzeiros											Valores em cruzeiros
Ref.	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
cargo											
s/habi-											
litação	990.312	1.020.021	1.050.622	1.082.141	1.114.605	1.148.043	1.182.484	1.217.959	1.254.498	1.292.133	1.330.897
regiona-											
lista	1.122.354	1.156.025	1.190.706	1.226.427	1.263.220	1.301.117	1.340.151	1.380.356	1.421.767	1.464.420	1.508.353

TABELA VIII
MAGISTÉRIO SUPERIOR

CARGO	VALOR
Instrutor do Ensino Superior	3.212.593
Assistente do Ensino Superior	3.341.098
Professor do Ensino Superior	3.474.742
Professor Titular	3.474.742

TABELA IX
PROFESSOR DO QUADRO ÚNICO

	VALOR
LP - Licenciatura Plena - 22 horas	1.415.496
LP - Licenciatura Plena - 15 horas	993.549
LP - Licenciatura Plena - 10 horas	841.636
LC - Licenciatura Curta - 22 horas	1.216.132
LC - Licenciatura Curta - 15 horas	857.627
LC - Licenciatura Curta - 10 horas	831.176
NL - Não Licenciado - 22 horas	1.016.754
NL - Não Licenciado - 15 horas	849.347
NL - Não Licenciado - 10 horas	810.255

TABELA X
CARGOS EM COMISSÃO DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

a) CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO:	VALOR
1-C	2.886.954
2-C	2.666.212
3-C	2.461.205
4-C	2.273.394
5-C	2.100.345
6-C	1.940.373
7-C	1.795.645
8-C	1.660.271
9-C	1.537.126
10-C	1.421.392
11-C	1.318.804
12-C	1.220.407
13-C	1.131.161
14-C	1.049.819
15-C	995.244

b) DAS:

DAS - 1	7.805.295
DAS - 2	7.150.162
DAS - 3	6.590.432
DAS - 4	5.829.521
DAS - 5	4.536.070

TABELA XI
FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	300.530
2-F	255.147
3-F	224.988
4-F	180.594
5-F	165.040
6-F	134.726
7-F	104.615

8-F	90.309
9-F	73.736
10-F	59.852

TABELA XII
PESSOAL EFETIVO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA

NÍVEL	VALOR
01	4.039.549
02	3.701.016
03	3.390.089
04	3.049.842
05	2.801.916
06	2.575.986
07	2.370.379
08	2.104.227
09	1.928.183
10	1.766.828
11	1.618.991
12	1.516.510
13	1.366.733
14	1.245.692
15	1.141.442
16	1.045.906
17	958.460
18	878.267

TABELA XIII
PESSOAL EFETIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

CARGO	VALOR
Procurador	8.400.098
Consultor Legislativo CL-J-Classe A-Referência 1	4.039.549

TABELA XIV
PESSOAL EFETIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	VALOR
Consultor Técnico	8.400.098
Técnico de Controle TC-1-Classe A-Referência 1	4.039.549

ANEXO II
TABELA I

CARGO	VALOR
Desembargador	6.547.524
Juiz do Tribunal de Alçada	6.220.143
Juiz de Entrância Final e Auditor da Justiça Militar	5.826.760
Juiz de Entrância Intermediária	5.250.804
Juiz de Entrância Inicial	4.731.992
Juiz Substituto	4.264.953

TABELA II
TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	VALOR
Conselheiro	6.547.524
Auditor	6.220.143
Procurador junto ao Tribunal de Contas	6.220.143

EM COMISSÃO	VALOR
Procurador junto ao Tribunal de Contas	6.547.524

TABELA III
MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGO	VALOR
Procurador Geral da Justiça (em comissão)	6.547.524
Procurador da Justiça	6.220.143

Promotor de Entrância Final	5.826.760
Promotor de Entrância Intermediária	5.250.804
Promotor de Entrância Inicial	4.731.992
Promotor Substituto	4.264.953

Of. n. 4.374/85 – GS

Curitiba, 02 de dezembro de 1985.

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ RICHÁ
 Governador do Estado do Paraná
 Palácio Iguaçu – Centro Cívico
 NESTA CAPITAL
 EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

ASSUNTO: MAJORAÇÃO DE VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS E MILITARES, A PARTIR DE 1.º/01/1986.

Senhor Governador:

Com o objetivo de rever os vencimentos dos funcionários civis e militares do Estado, a partir de 1.º de janeiro de 1986, temos a honra de encaminhar à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso estudo prevendo a necessária alteração das tabelas vigentes, o qual se acha consubstanciada na minuta de anteprojeto de lei que vai acompanhada dos respectivos anexos.

Era nossa intenção, para estabelecer o percentual de majoração, utilizar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, correspondente ao mês de janeiro de 1986, entretanto, este somente será conhecido após o dia 30 de dezembro próximo vindouro.

Frente a essa situação, dois parâmetros serviram de base para a definição dos estudos que nos levaram à presente proposta de aumento: O INPC de novembro de 1985, que ficou em 70.25 % e o reajuste do salário-mínimo, que foi estabelecido em 80.12 %.

Os órgãos envolvidos no assunto, utilizando esses elementos, depois de examinarem o impacto da despesa e seus reflexos no orçamento para o próximo exercício, consideraram viável para o Estado a aplicação do percentual fixado pela União como índice de aumento do salário-mínimo.

Assim, as tabelas de vencimentos, em geral e o salário-família, as pensões especiais, a gratificação de produtividade e os vencimentos dos delegados de polícia, os de Secretários de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar, e Procurador Geral do Estado, constantes do estudo em anexo, foram contemplados com uma majoração de 80.12 %, aumento esse que representa 114.05 % do INPC de novembro e é esse o mês em que a maioria dos trabalhadores tem seu reajuste salarial.

Não se poupou esforços, no sentido de estabelecer-se uma justa retribuição ao funcionalismo, sem comprometer os programas de Governo indispensáveis aos setores prioritários da administração pública.

Além disso, a minuta de anteprojeto de lei, em seus artigos 8.º e seguintes, procura corrigir algumas distorções verificadas no tratamento, por legislação anterior, dado aos reformados da Polícia Militar do Paraná, cujos critérios fizeram com que os inativos não percebessem certas vantagens instituídas para o pessoal militar em atividade. O texto proposto devolve aos militares inativos a possibilidade de recuperarem gradativamente a equivalência de vencimentos e vantagens que haviam perdido.

Para se ter uma idéia do custo com a execução da presente

proposta de aumento de vencimentos, levantamos os seguintes dados: a folha de pagamento de outubro próximo passado, foi da ordem de 288 bilhões de cruzeiros; a de dezembro, incluindo o décimo-terceiro, vai custar 470 bilhões de cruzeiros; e a de janeiro de 1986, custará 509.2 bilhões de cruzeiros.

Em relação à arrecadação do ICM, a previsão é de que, no ano de 1985, a despesa com pessoal chegará a 80% e no próximo ano deverá ficar em torno de 87% da referida receita.

Certos de que Vossa Excelência adotará o plano de vencimentos aqui proposto e dará o necessário encaminhamento, reiteramos-lhe as expressões da nossa admiração e respeito.

(a) **JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER**

Secretário de Estado da Administração

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 317/85 – oriundo de Mensagem Governamental, que objetiva regularização dos créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) mediante dispensa de parte dos valores da multa, dos juros e da correção monetária, conforme específica. E do Projeto de Lei n. 322/85 – oriundo da Mensagem Governamental n. 222/85, que objetiva majorar, a partir de 1.º de janeiro de 1986, os vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e funções gratificadas do funcionalismo público civil e militar do Estado.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) **ANIBAL KHURY**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n. 124/85, incluído na Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) **IVAN GUBERT**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja dada preferência de votação ao Projeto de Lei n. 273/85, que denomina “JOSÉ ADAMOWICZ” o trecho de Rodovia Cândido de Abreu – Reserva.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) **DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER preferência de votação para o Projeto de Lei n. 68/85, que objetiva criar 4 cargos em Comissão para a Secretaria de Planejamento.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) **DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, usan-

do de suas atribuições parlamentares, REQUER, após a anuência do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do cidadão Atilio Octávio Bisatto, ocorrido em Londrina, no último dia 28.

O extinto era pioneiro de Londrina, onde chegou em 1935. Foi fundador da Valcoop, do Londrina Country Club, do Grêmio Literário e Recreativo Londrinense e da Associação Recreativa e Esportiva de Londrina.

Homem sério, inteligente, tinha uma profunda visão humanística.

Sua morte causou grande tristeza e dor aos familiares e milhares de amigos que tiveram o privilégio da sua convivência ao longo de sua vida.

Era uma criatura humana que pautou sua vida ao trabalho, tendo sido respeitado e admirado, também, pela grande obra social que desenvolveu no socorro e atendimento às entidades filantrópicas e às pessoas que o procuravam constantemente.

Foi a perda irreparável de um grande homem!

Que a homenagem desta Casa de Leis seja comunicada à família enlutada, na Praça Sete de Setembro, 140, apartamento 1002, em Londrina.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do aniversário do município de Jandaia do Sul, em 14 de dezembro de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor PERSEU MATHEUS PUGLIESI, Digníssimo Prefeito Municipal, e MILTON JOSÉ PUPIO FILHO, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Jandaia do Sul. Praça Café, s/n - 86.900 - Jandaia do Sul - Paraná.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do aniversário do município de Borrazópolis, em 14 de dezembro de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor RODOLFO HAIDER, Digníssimo Prefeito Municipal, e Senhor ARNALDO PIVA, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Borrazópolis - Pr.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de congratulações à Rádio Difusora de Ponta Grossa, que no dia 05 de dezembro completa 26 anos de existência, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Artur César Pina, Diretor Presidente daquela emissora.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Há exatamente 26 anos Ponta Grossa ganhava mais uma rádio. Não era apenas mais um veículo de comunicação. Mas sim, uma emissora para dotar aquele Município, assim como sua região, de um instrumento capaz de levar através de seus 1.000 watts de potência, a boa informação, entretenimento e o lazer.

Além disto, de modo muito especial, quero relembrar a dedicação do inesquecível Wallace Pina, cuja atuação à frente daquela emissora, é digna de registro.

Tendo como Diretor Presidente o Senhor Artur César Pina, a tradição da referida Rádio vem sendo mantida com galhardia.

Gostaria, de modo muito especial, que a presente homenagem fosse também dirigida ao conjunto de profissionais que integram a Rádio Difusora de Ponta Grossa, que com amor, dedicação e competência, têm sido os responsáveis por sua atuação reconhecidamente independente e séria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do aniversário do município de Cândido de Abreu, em 22 de dezembro de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores: OLGIERDE MALANOWSKI, Digníssimo Prefeito Municipal e Vereador ENIVALDO PEDRO SAPATINI, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do aniversário do município de Colorado, em 10 de dezembro de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores: RENATO CARDOSO MACHADO, Digníssimo Prefeito Municipal e Vereador DIONÍSIO DONATTI, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Colorado.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do aniversário do município de Faxinal, em 14 de dezembro de 1985.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores: JOSÉ CARLOS BASTIANI, Digníssimo Prefeito Municipal e Vereador PEDRO CAVALHEIRO DE MEIRA, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Faxinal.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER voto de congratulações, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do aniversário do município de São João do Ivaí, em 20 de dezembro de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores: SEBASTIÃO MORAES, Digníssimo Prefeito Municipal e Vereador NELSON ROSA, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do aniversário do município de Lunardelli, em 19 de dezembro de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores: OZÓRIO RIBEIRO, Digníssimo Prefeito Municipal e Vereador FERNANDES MOMENTO, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Lunardelli.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do aniversário do município de Manoel Ribas, a ser comemorado em 08 de janeiro de 1986.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores: VALENTIM DARCIN, Digníssimo Prefeito Municipal e Vereador CIPRIANO CARNEIRO DA SILVA, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do aniversário do município de Jardim Alegre, em 19 de dezembro de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores: ALZEMIRO FRANCISCO RECH, Digníssimo Prefeito Municipal e Vereador APARECIDO CAMARGO, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de congratulações dirigidos ao Ilustríssimo Senhor Gamaliel Bueno Galvão, pela sua iniciativa e empenho para a criação de diversas Juntas de Conciliação e Julgamento neste Estado.

Quando fora Deputado Federal, Gamaliel Bueno Galvão notabilizou-se em sua atuação parlamentar, por sua postura sé-

ria e voltada fundamentalmente para os reais interesses dos cidadãos brasileiros, principalmente numa época em que o autoritarismo fazia-se presente, agindo de todos os modos para oprimir o povo, sendo que a Câmara, como Poder Legislativo, tinha suas prerrogativas desrespeitadas e negadas.

Dentre as suas iniciativas, além do seu firme posicionamento, Gamaliel Bueno Galvão, no que diz respeito à Justiça do Paraná, apresentou na Câmara expedientes no sentido de que fossem criadas várias Juntas de Conciliação e Julgamento em muitos municípios paranaenses, apresentando como justificativa, na época, de que era preciso agilizar os trabalhos do setor, permitindo que fossem criados mecanismos mais eficientes e descentralizados.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, considero extremamente justo Requerer para que fique constado nos Anais desta Casa, voto de congratulações ao Ilustríssimo Senhor Gamaliel Bueno Galvão, uma vez que os seus esforços e sua luta incansável, resultam agora, na criação de dez Juntas de Conciliação e Julgamento, assim distribuídas: três na cidade de Curitiba, (5.^a a 7.^a) e uma nas cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Jacarezinho, Londrina (2.^a), Paranavaí e Umuarama.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, para que envie a esta Casa Mensagem aditiva à proposta do Código de Divisão e Organização Judiciária, criando a Entrância Especial na comarca de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

A população paranguara e do litoral paranaense reivindica a Entrância Especial para a comarca de Paranaguá. A reivindicação é fundamentada pelo fato de Paranaguá ter sido o início da colonização paranaense e que tanto contribui ao Estado para o seu desenvolvimento econômico, cultural e nas lides judiciais, pois ali começou tal atividade no Paraná. O jornalista Roberto Barrozo Filho, em editorial no "Jornal do Estado", recentemente, destacou a importância dessa conquista para o Litoral Paranaense, que reflete os anseios da população litorânea. Paranaguá, além de Porto, se constitui num importante centro econômico do Estado e como cidade-pólo, arca com problemas sociais graves. Há de se considerar que neste contexto como cidade-pólo, Paranaguá irradia o desenvolvimento e arca com ônus de pertencer à última região do Estado a ser desbravada, mais precisamente o Litoral Norte. É desnecessário destacar a contribuição que Paranaguá deu ao Paraná nos setores econômicos e culturais e mesmo judiciários.

Portanto, o apelo ao Tribunal de Justiça é para reparar uma dívida que o Estado tem com o Litoral paranaense e com humildade nos colocamos como porta-voz dessa importante região paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o mais veemente apelo no sentido de que seja criado o Distrito Judiciário de São Silvestre, no município de Cruzeiro do Oeste.

O aumento da população no distrito supracitado e o marcante desenvolvimento financeiro da região, faz com que o pedido que ora tramitamos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, se revista de uma inconstante oportunidade.

Nestas condições, a instalação do Distrito Judiciário que se pretende é medida das mais justas e oportunas e vem a atender a um velho anseio da população que por ele será beneficiada.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores IRAN ROBERTO BRZEZINSKI, FRANCISCO RAPHAEL DI LASCIO e DELCINO TAVARES DA SILVA, respectivamente Superintendentes Regionais do I.A.P.A.S., I.N.P.S. e I.N.A.M.P.S., reivindicando a construção de uma Agência da Previdência Social na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Previdência Social está pagando, atualmente, na cidade de Ponta Grossa, para abrigar suas Agências do I.A.P.A.S., I.N.P.S. e I.N.A.M.P.S. a quantia aproximada de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) de aluguel.

Apesar de tal dispêndio, as atuais instalações já se tornaram inadequadas para o atendimento de cerca de 200.000 beneficiários locais, os quais somados a outros 300.000 das cidades vizinhas, chegam ao expressivo número de meio milhão de pessoas.

Dessa forma, o atendimento Médico-Hospitalar vai se tornando deficiente, causando sérios embargos à Previdência Social.

Os reclamamos da construção de uma Agência que possa abrigar condignamente os três institutos parte, não só da população de Ponta Grossa, como também das cidades de Castro, Palmeira, Cândido de Abreu, Reserva, Ivaí e Ipiranga, cuja assistência é prestada através da Agência Regional, situada na "Princesa dos Campos".

Tratando de sede de uma Região Fiscal do I.A.P.A.S., pólo de um Agrupamento Médico Pericial que se estende até Foz do Iguaçu (I.N.P.S.) e localizada em posição geo-estratégica, como centro Rodo-Ferroviário do Paraná, Ponta Grossa pode ser apontada entre as duas Agências da Previdência Social do Estado do Paraná que não possuem prédios próprios, sendo que outras dezoito já estão instaladas em imóveis pertencentes ao Patrimônio da Instituição.

Para que se possa alcançar esta meta, temos certeza de que contaremos com o total apoio das lideranças de cada um dos municípios aqui mencionados, pois, não se reivindica apenas obras de melhoria ao que já existe, mas, uma construção que venha solucionar em definitivo o angustiante e precário atendimento que vem sendo prestado àqueles que contribuem para o sistema previdenciário.

Por estas razões, esperamos que, aprovado o requerimento, e dado ciência às autoridades competentes, estaremos colaborando de maneira decisiva para a consecução desse importante objetivo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do IPE — Instituto de Previdência do Estado, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido da criação de um convênio com um dos hospitais de Campo Mourão.

Em que pese o leque de opções que possui o conjunto dos servidores públicos estaduais, quanto aos convênios que lhes asseguram atendimento médico, é de vital importância a implantação de novas condições que sejam efetivamente capazes de trazer maior segurança e tranquilidade ao setor funcional, tanto de Campo Mourão como dos municípios que compreendem a região Centro-Oeste do Estado.

Deste modo, acatando sugestão formalizada pela Ilustríssima Senhora Elza Brisola Maciel, que reside há muitos anos em Campo Mourão, desempenhando atualmente funções na Coordenadoria Regional dessa instituição previdenciária em Campo Mourão, o presente Requerimento tem a finalidade especial de que o IPE estude a viabilidade na criação de um convênio com um dos hospitais da cidade, visando proporcionar a existência de um plantão, garantindo, assim, que os previdenciários tenham atendimento de emergência, principalmente nos períodos noturnos.

Por tratar-se de uma proposta inteiramente justa e oportuna, espera-se, por parte dessa Superintendência e Secretaria de Estado da Administração, um pronunciamento favorável ao assunto em tela.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do IPE — Instituto de Previdência do Estado, através do Excelentíssimo Senhor Secretário da Administração, no intuito da implantação de uma farmácia na municipalidade de Campo Mourão.

Fora de qualquer dúvida, a implantação de uma farmácia é uma necessidade premente, conforme afirma a Ilustríssima Senhora Elza Brisola Maciel. Na qualidade de funcionária da Coordenadoria do IPE naquela cidade, ela informa que muitos são os transtornos vivenciados pelos servidores públicos da região, quando os mesmos, após submeterem a uma consulta, precisando adquirir medicamentos, encontram dificuldades, principalmente quanto ao deslocamento até as farmácias da cidade, e conseqüentemente, encontrando preços por vezes não muito acessíveis.

Pelas razões expostas, considerando uma justa solicitação, de iniciativa daquela Senhora, espera-se que o IPE, juntamente com a Secretaria de Estado da Administração, adote medidas que venham ao encontro da concretização do presente pedido.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo a destinação de material para a cobertura do centro comunitário do projeto mutirão, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

Visando sobretudo ter um local para a integração, através de realizações principalmente culturais, os moradores do projeto mutirão estão desenvolvendo esforços objetivando a criação de um centro comunitário. Para tanto, conforme ressalta a Ilustríssima Senhora Cidália Guimarães de Araújo, é de vital importância que essa Secretaria dê também o seu apoio, liberando cem folhas de cimento amianto, para a cobertura do referido local.

Diante da exposição de motivos, aguarda-se um pronunciamento favorável ao que alude o presente requerimento, devido a sua reconhecida importância.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da construção de uma via de acesso à COAMO e PARANADIESEL, partindo da PR 317, localizada na Municipalidade de Campo Mourão.

É inegável o grande fluxo de veículos na PR 317, principalmente nas proximidades a COAMO e PARANADIESEL, empresas que, pelo seu grande porte, proporcionam o trânsito, também, de muitos carros, face à vasta clientela de ambas as firmas.

Neste sentido, por sugestão do Ilustríssimo Senhor Luiz Carlos Cavalheri, residente há muitos anos em Campo Mourão, é de vital importância a construção de uma via de acesso aos referidos locais, paralela a PR 317, específica para o trânsito de veículos que venham a dirigir-se à COAMO e PARANADIESEL, assim como a outros locais, tais como bairros situados a sua margem da rodovia e outros estabelecimentos comerciais.

Diante do exposto, espera-se que essa Secretaria, num menor prazo de tempo possível, estude a real possibilidade de viabilizar a construção da presente solicitação, visto tratar-se de uma medida que permitirá garantir maior segurança naquele setor de transportes.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, para que seja designado um profissional para prestar atendimento ao setor hortifrutigranjeiro da municipalidade de Campo Mourão.

A presente solicitação baseia-se em iniciativa do Ilustríssimo Senhor Nery José Thomé. Na qualidade de Chefe do

Núcleo Regional da SEAG, sediado naquela cidade, ele afirma que, nos dias de hoje, tem se verificado um grande crescimento no setor hortifrutigranjeiro, razão pela qual é imprescindível a designação de um profissional para prestar assistência ao setor, dando as mesmas orientações necessárias para que tal desenvolvimento se dê de modo organizado, quanto à produção principalmente destinada às feiras do produtor.

Sem nenhuma dúvida, trata-se de uma reivindicação extremamente justa, principalmente no que tange a proporcionar atenção a altura aos pequenos produtores, não apenas de Campo Mourão, mas também da região.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, objetivando a instalação de um telefone público no perímetro urbano do Distrito Administrativo de Corumbataí do Sul, pertencente à Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Nos dias de hoje, a comunidade que reside no progressista Distrito de Corumbataí do Sul tem enfrentado algumas dificuldades no sentido da comunicação, mais especificamente no que tange ao setor de telefonia, havendo a real necessidade de instalar um telefone público no centro da cidade.

Vindo de encontro a iniciativa formulada pelo Ilustríssimo Senhor Jair Candido Almeida, morador há muitos anos em Corumbataí do Sul, onde possui escritório de contabilidade; espera-se que essa companhia, efetivamente, estude e atenda o presente pedido, visto tratar-se de inquestionável importância.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, objetivando a destinação de verbas para o pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público da municipalidade de Goioerê.

O Poder Público Municipal da Cidade de Goioerê, conforme afirma o Excelentíssimo Senhor Vicente Massahiro Okamoto, Chefe do Executivo, possui uma série de compromissos para com o desenvolvimento goioerense, o que representa não somente a determinação política, mas a aplicação de recursos que viabilizem a concretização das propostas.

Face à tão conhecida situação por que passa as municipalidades brasileiras, é inegável que por muitas vezes as melhores das intenções e o pulso firme não conseguem se sobrepor a ausência de recursos, fruto exatamente da sucessiva centralização tributária, ainda vigente.

Dentre as inúmeras consequências, o pagamento justo, em termos de salários, fica comprometida, por não existir recursos suficientes. Mesmo assim, muitos passos são dados em Goioerê. Entretanto, agora, diante da real necessidade do pagamento do 13.º salário aos servidores daquela cidade, a Prefeitura Municipal não dispõe em sua dotação orçamentária

ria suficiente para cumprir tais obrigações.

Neste sentido, o presente requerimento tem a finalidade especial de solicitar que essa Secretaria de Estado das Finanças e essa Governadoria, estudem formas que assegurem os auxílios que se fizerem necessários.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando a construção de uma nova ponte sobre o Rio Mourão, na Municipalidade de Peabiru.

A nova ponte deve ser construída mais precisamente na região da Fazenda Santa Rita, naquele município. A atual passagem sobre o Rio Mourão não mais oferece qualquer condição de uso, pois a sua utilização, nos últimos tempos, ocorreu de modo intenso, tendo em vista o desvio de tráfego.

Neste sentido e de acordo com a iniciativa do Ilustríssimo Senhor João Luiz Garcia Werneck, morador há muitos anos naquele município, espera-se que essa Pasta, dentro de suas reais possibilidades, garanta os recursos suficientes para viabilizar a concretização desta justa medida, que é a construção da referida ponte.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, encarecendo o envio de recursos para auxiliar no Pagamento do 13.º salário aos funcionários da Municipalidade de Iretama.

A Administração Municipal de Iretama, conforme relata o Excelentíssimo Senhor Prefeito, Humberto Gomes Martins, tem, em sua dotação orçamentária, os maiores compromissos financeiros voltados para as despesas relativas à sua folha de pagamento.

Tal situação, por várias vezes apresenta uma série de dificuldades, ante a tão conhecida situação a atingir o poder público das cidades, face à insuficiência de recursos para saldar os compromissos e permitir a realização de obras.

A fim de permitir que em Iretama os servidores obtenham os seus respectivos 13.º salários e outras vantagens já previstas, sem que com isto acarrete grande ônus à Prefeitura local, é imprescindível que essa Governadoria, juntamente com essa Secretaria de Estado das Finanças, liberem, o mais breve possível, recursos que permitam, efetivamente, atender o que ora é exposto.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida

ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, através do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que haja equiparação funcional relativo ao cargo de gerente de almoxarifado dos escritórios existentes em Campo Mourão, Paranavaí e União da Vitória, ante aos outros escritórios.

Nos escritórios de Campo Mourão, Paranavaí e de União da Vitória, existe o cargo de Gerente de Almoxarifado, tendo a simbologia de B-9, cuja função, dado inclusive ao porte de tais escritórios, é de altíssima responsabilidade.

Entretanto, em outras sedes da COPEL, a saber: Umuarama, Pato Branco, Apucarana, Cornélio Procopio e Paranaguá; os mesmos cargos são situados no nível de B-11, sendo que as atribuições dos Gerentes de Almoxarifado são as mesmas das que são conferidas ao cargo de B-9.

Sem nenhuma dúvida, configura-se uma situação de inteira injustiça, visto que os escritórios de Campo Mourão, Paranavaí e União da Vitória estão situados nos mesmos níveis dos existentes em Umuarama, Pato Branco, Apucarana, Cornélio Procopio e Paranaguá. Logo, possuem iguais responsabilidades.

Neste sentido, o presente requerimento visa, sobretudo, que essa COPEL corrija tal injustiça, determinando, num menor espaço de tempo possível, a equiparação funcional dos citados escritórios, que representará, por certo, mais um importante e decisivo passo, no sentido de eliminar as disparidades existentes, assegurando verdadeiras igualdades de condições dentro do quadro dos funcionários.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Euclides Scalco, solicitando do mesmo esclarecimentos pela inclusão preferencial de produto importado, no caso o trigo, nas cestas de alimentos que serão fornecidas pelo Governo, através da COBAL, preterindo produtos essencialmente brasileiros, como o fubá, que só entrará em outra etapa do programa.

O fubá é alimento brasileiro e o Paraná o seu maior produtor, cerca de 70 por cento. Portanto, sua inclusão na cesta de alimentos só traria benefícios para a nossa agricultura, nossa agroindústria e ao produtor rural. Não gasta dólares, gera divisas e possui teor alimentar tão bom quanto o trigo.

A inversão na distribuição dos produtos, de modo a privilegiar o que é nosso, é ir de encontro aos mais altos interesses paranistas.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência ao Senhor Vereador Antonio Natálio dos Santos, da Câmara Municipal de Apucarana.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, solicitando auxílio em material (emulsão asfáltica), destinado a executar

serviço de pavimentação em aproximadamente 70 metros, na via de acesso ligando a rodovia PR - 552 à Vila Guadiana.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência ao Senhor Vereador Marcos Antonio Rocco, da Câmara Municipal de Mandaguauá.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No último dia 31 de outubro, o Ministério da Agricultura anunciou a importação de 400 mil toneladas de milho, objetivando conter a especulação promovida por seis grandes grupos que estão comprando o produto nos leilões da CFP e retendo para aumentar o preço.

De outra parte, a safra de trigo, cuja colheita está praticamente terminada, atinge a produção recorde de 4,2 milhões de toneladas. Este sucesso está, basicamente, alicerçado no preço justo oferecido ao produtor: com o Governo fixando um valor acima do custo, a área plantada cresceu de 1,9 para 2,6 milhões de hectares.

Além disso, o eficiente sistema de quotas vem garantindo que o mercado não sofra a ação de grupos especuladores.

Bem ao contrário dos chamados leilões do mercado livre, promovidos pela CFP, que, como bem ilustra o caso do milho, deixa brechas para a especulação, beneficia exclusivamente os grandes grupos e exclui os pequenos moageiros.

Atendendo apelo da Associação dos Moageiros de Trigo do Paraná, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, Pedro Simon, solicitando do mesmo medidas no sentido de assegurar que será mantido o sistema de cotas na distribuição de trigo para os moinhos, não aceitando pressões para a implantação dos chamados leilões.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Schwartz, solicitando do mesmo providências no sentido de recapeamento asfáltico da ciclovia que liga Sarandi à Maringá.

A medida é das mais pertinentes, pois irá trazer enormes benefícios a uma parcela numerosa da população de ambos os municípios, que se utilizam da bicicleta como veículo de locomoção e, por consequência, necessitam daquela ciclovia, para se deslocarem de um local ao outro, com maior comodidade e maior segurança.

Outrossim, solicita que da decisão deste Plenário seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Sarandi e aos Excelentíssimos Vereadores da Câmara Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douro

Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor WALDYR PIRES, Digníssimo Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, pleiteando o estabelecimento de concorrências para os credenciamentos da rede hospitalar.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O Ministério da Previdência e Assistência Social, sob a competente e séria administração do ilustrado WALDYR PIRES é o órgão que, dentre os demais setores do Governo da Nova República, vem apresentando boa atuação. Começa a recuperar a credibilidade da Nação Brasileira e a esse auspicioso fato, soma-se agora a notícia veiculada recentemente pela imprensa, dando conta de sua estabilização financeira, baixando a zero, os 8 trilhões de déficit herdado dos governos anteriores.

A corrupção que grassava no Instituto da Previdência e Assistência Social, foi literalmente eliminada com a instauração de mais de mil inquéritos e a decretação de dezenas de prisões preventivas.

Pretendendo contribuir para com a melhoria do atendimento por parte do sistema previdenciário, sugerimos à autoridade nominada na Súmula, imediata revisão nos critérios para credenciamento de estabelecimentos médico-hospitalares, no sentido de fazer cessar a determinação de prestação de serviços aos usuários por parte de uma única empresa, o que ainda se registra em muitas cidades, notadamente aqui no Paraná. A concorrência e a livre escolha do médico ou hospital por parte do previdenciário certamente é o caminho para o tão almejado aperfeiçoamento do INAMPS.

No Estado do Paraná, insisto, ainda persiste em muitas cidades, o critério discriminatório de credenciar apenas um hospital quando às vezes existem duas ou até mais casas congêneres. E a prática do monopólio é responsável pelas muitas ou quase todas irregularidades, eis que não raras vezes, o fiscal do INAMPS é participante interessado da própria empresa hospitalar credenciada.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 333/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declara de Utilidade Pública a “Sociedade São Vicente de Paulo”, com sede e foro na cidade de Rolândia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1985.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade São Vicente de Paulo, de Rolândia, é uma entidade filantrópica voltada exclusivamente ao atendimento dos menos carentes da comunidade rolandense, de acordo com os Estatutos Sociais.

A documentação que anexo apresentamos comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual em vigor.

Com isso esperamos o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente. Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias, no Município de Flórida, proximidades de Maringá, o Prefeito do Município, Pedro Vicentin, voltava para a sua casa e notando um desentendimento num bar da cidade, parou seu carro e foi tentar serenar os ânimos.

Havia uma briga, depois de uma acalorada discussão que envolvia o Vereador daquele município, Gilberto Cesnik e três irmãos, um deles o Presidente do PMDB, do Município de Flórida, os irmãos José Pedro da Cruz e Antonio Jorge da Cruz. Foi uma briga violenta que nem o Prefeito conseguiu fazer com que os litigantes cessassem as agressões. O Vereador eleito do PDS, acabou sendo agredido e tanto o Vereador como o Prefeito Municipal foram baleados pelos três irmãos e principalmente pelo Presidente do PMDB do Município de Flórida. O Prefeito deve ter alta do hospital, onde se encontra internado, na tarde de hoje, em Maringá, mas o Vereador daquele município, o Vereador Gilberto Cesnik, será no dia de hoje sepultado, porque não teve a mesma sorte, acabou perdendo a vida.

Lamentavelmente, o Presidente do PMDB de Flórida, um homem conhecido no Município pela sua truculência, pela sua violência, um homem dado a agressões, a brigas, ele acabou sendo responsável pelos tiros que feriram não apenas o Prefeito Pedro Vicentin, mas também o Vereador Gilberto Cesnik, que acabou falecendo na tarde de ontem e será sepultado hoje, em Flórida.

Queremos lamentar esse triste acontecimento na cidade de Flórida e fazer um apelo ao Secretário da Segurança Pública, no sentido de que mobilize toda a polícia do Paraná para a prisão dos irmãos assassinos, para que, independente da condição de Presidente do PMDB de Flórida, sejam eles conduzidos à prisão, porque esse crime traumatizou profundamente a população da cidade de Flórida, acima de sentimentos partidários a população que é tão pacata, ordeira, dedicada ao trabalho, aquela população não aceita uma violência, uma brutalidade tão grande, como está praticada pelo Presidente do PMDB, acabou pela sua vocação de assassino, acabou desferindo tiros contra o Prefeito e contra o Vereador, matando este Vereador.

O nosso apelo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nesta hora, o Secretário da Segurança, homem que tem se mostrado homem de Partido, homem do PMDB, que ele esqueça, neste momento, a sua condição partidária, a sua condição política, e mobilize toda a polícia do Paraná para a prisão dos 3 irmãos assassinos, cujo crime, por eles praticado, veio revoltar e traumatizar toda a população de Flórida.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de ontem comparecemos a esta tribuna, para falarmos das dificuldades por que está passando a agropecuária do Vale do Ivaí, e não só do Vale do Ivaí, mas de todo o Paraná, motivado pela forte estiagem, pela longa estiagem que assola aquela nossa região.

E hoje, voltamos à tribuna para, mais uma vez, lamentar a falta de sorte, eu diria até, que está acometendo a agropecuária e os moradores daquela região, o Vale do Ivaí.

Não bastasse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a seca que vem devastando aquela região, a produção de grãos e demais cereais destinados à alimentação dos seres humanos deste País, na madrugada de ontem, a nossa região foi assolada por uma forte chuva de granizo, faltava água e o que foi pedra, e os

Municípios de Jardim Alegre e Ivaiporã foram os mais atingidos, em cada um deles, com toda a certeza, uma área de mais de mil alqueires foi praticamente destruída, a plantação que lá existia de feijão, algodão, soja, também prejudicando consideravelmente a cultura de café, nesta faixa de terreno, por onde passou, vamos dizer, esta chuva de granizo.

Não bastassem os prejuízos na área rural, além desta chuva de granizo, que estão sendo motivados pela longa estiagem, como já disse, a cidade de Jardim Alegre foi muito atingida, tendo casas destelhadas, tendo a sua Rodoviária atingida, o seu ginásio de Esportes, árvores arrancadas, enfim, um problema a mais, uma dificuldade a mais, uma destruição a mais, que vem se tornar presente naquela comunidade, e como já disse, não só Jardim Alegre, mas também Ivaiporã, e numa menor escala, nos Municípios de Borrazópolis, Faxinal e Cândido de Abreu.

É realmente triste a situação por que passa o nosso homem do campo, e é por isto que nós voltamos, hoje, mais uma vez à tribuna, para encarecer às nossas autoridades federais e estaduais, todas as medidas e providências que necessárias se façam, no sentido de amenizar o sofrimento destas pessoas que já haviam perdido mais da metade das suas produções, em função da seca, e que agora perdem o restante, perdem, por fim, a totalidade da sua exploração agrícola em função desta chuva de granizo.

Aproveito, ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para encarecer que seja colocado na Ordem do Dia de amanhã, conste da Ordem do Dia de amanhã, em Redação Final, o projeto, de nossa autoria, já aprovado em 3ª Discussão, a semana passada, Projeto de número 84/85, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a José Simões de Paiva Neto, Presidente nacional e mundial da Legião da Boa Vontade.

Encarecemos, portanto, desta Presidência, que determine à sua assessoria, que no dia de amanhã o Projeto de n. 84/85 tenha aprovado por este Plenário a sua Redação Final.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem viemos a esta tribuna cobrar da Mesa desta Casa, bem como dos Srs. Parlamentares, a maneira vagarosa e lenta com que se caminha os projetos de lei que apresentamos nesta Casa.

Ontem falamos sobre a situação da Mensagem n. 199/85, do Sr. Governador do Estado, que trata, exatamente de corrigir distorções e injustiças, com relação aos professores suplementaristas que ficaram de fora da Lei 7.208/79.

Esta Mensagem foi entregue na Assembléia Legislativa no dia 29 de outubro, às 15,35 horas e até a presente data não saiu da CCJ para ser apreciada em Plenário. Uma velha reivindicação dos professores, uma luta do próprio Governo e do próprio Partido do Governo aqui desta Casa, e, no entanto, encontra-se, vagarosamente, sob vista da CCJ. Outros projetos nossos, de 83, 84, que continuam paralisados, engavetados nesta Casa, estamos, mais uma vez, a cobrar da Mesa, as providências necessárias para que se traga a Plenário, ao debate e à discussão e a possível aprovação ou rejeição dos Srs. Parlamentares.

Nós falamos, até, um número de projeto ontem, o 264/84; temos também o 282/84, que se encontra na Comissão de Finanças, desde o dia 21 de novembro de 1984. É de se perguntar à Mesa e perguntar à Casa desde quando a Comissão de Finanças não se reúne nesta Casa; se ela não se reúne, porque

existe a Comissão de Finanças?

É de se cobrar, então, dos Senhores Parlamentares, que deixem os processos caminharem, tramitarem normalmente nesta Casa, para que o debate seja, realmente, aquilo que é o objetivo maior desta Casa e deste Poder: o debate, a discussão ampla dos problemas do Estado, dos problemas da nossa população. O Projeto de Lei n. 14/85, também se encontra desde o dia 19 de junho de 1985; o Projeto de Lei n. 38/85, encontra-se desde o dia 21 de agosto de 1985; o Projeto de Lei n. 78/85, encontra-se desde o dia 28.05.85; o Projeto de Lei n. 89/85, desde o dia 20 de agosto de 1985; o Projeto de Lei n. 125/85, desde o dia 30.07.85, e o Projeto 143/85, desde o dia 07.08.85 encontra-se paralisado.

É de se perguntar, Senhor Presidente, as providências necessárias para o andamento, e amanhã estarei no último dia do período ordinário deste ano de 85, nesta Tribuna, denunciando o fato mais grave e violento que se comete nesta Casa, que é a aprovação do relatório da CPI da Corrupção, desde novembro do ano passado encontra-se engavetado nesta Casa, e, amanhã, vamos cobrar da Mesa e cobrar dos Senhores Parlamentares, a vinda deste projeto a Plenário, para ser votado e apreciado.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos. Passa-se para o Horário das Lideranças.

• Concedo a palavra à Representação do PMDB. (Declina).

PDT (Declina).

PFL (Declina).

PCB. Falará o Senhor Márcio Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para registrar, inicialmente, a presença, visitando este Poder, do companheiro Theodoro Mello, membro da Comissão Nacional Diretora do Partido Comunista Brasileiro, que, em 1935, participou do levante da Aliança Nacional Libertadora, em Recife, e que proferirá, amanhã, às 20:00 horas, no Pequeno Plenário desta Assembléia, uma palestra relativa a esse episódio da história brasileira.

Após este registro, faremos a leitura de artigo publicado nos jornais desta semana, aproveitando ainda para inseri-lo nos Anais da Casa, do Prof. Edílio Ferreira, de Toledo - Paraná.

(Lê):

INTENTONA — 50 ANOS DE MENTIRA

Três anistias amplas já se cumpriram, desde 1935, mas as mentiras impingidas sobre o movimento armado — a chamada Intentona — permanecem e avolumam-se, ano a ano.

Se as forças democráticas denunciam as torturas, as mortes, as invasões a Igrejas e Conventos e o desrespeito aos direitos humanos, praticados pelo regime do golpe de 1964, a reação nos considera revanchistas. Tais denúncias, no entanto, são verdadeiras e comprovadas. Basta ler o livro BRASIL NUNCA MAIS, editado com o apoio da Arquidiocese de São Paulo, para se tomar conhecimento dos horrendos crimes praticados contra líderes estudantis e sindicais, padres e freiras, camponeses e cidadãos ligados às lutas por uma Pátria livre, justa e igualitária.

Nos 27 de novembro, porta-vozes da reação e do revanchismo ocupam rádios, televisões e páginas de jornais para repe-

tirem a mentira de que, nesse dia, em 1935, "comunistas, na calada da noite, assassinaram oficiais que dormiam".

Sobre tal mentira, eis o que diz o conceituado e insuspeito historiador Hélio Silva, no seu livro O PODER MILITAR:

"A revolta vermelha, deflagrada pelos comunistas, envolvendo aliancistas e outras ideologias, não pretendia implantar o comunismo no Brasil. Visava formar um governo de frente popular de que participariam os comunistas. Não houve surpresas nem traições senão aquelas costumeiras em todas as revoluções. Ninguém foi surpreendido dormindo de pijama nem assassinado pelas costas. A pesquisa que realizamos, inclusive examinando os laudos das necrópsias dos autos do inquérito policial militar, desmontam as mentiras e invencionices com que se criou lenda e as Forças Armadas, defensoras da ordem, da disciplina, da hierarquia, foram instruídas e ainda o são, para considerar o inimigo número um, o inimigo interno, o comunismo."

De acordo com o historiador e mediante provas cientificamente indelutáveis, a "famosa" Intentona tornou-se lenda para os provocadores repeti-la anualmente. Esses sim são revanchistas, pois comemoram o inverídico.

O movimento armado de 1935, liderado pela Aliança Na-

cional Libertadora de que era vanguarda o PCB, buscava impedir que o Brasil se aliasse ao nazi-fascismo em expansão e lutava pela "suspensão definitiva do pagamento da dívida externa da Nação, nacionalização das empresas de capital estrangeiro, divisão das terras dos latifúndios e entrega das mesmas aos trabalhadores do campo, assim como proteção aos pequenos e médios agricultores e plena aplicação das liberdades cívicas e instauração de um governo popular.

Foi realmente, na História da República, o único movimento autenticamente revolucionário, porquanto incorporava um conteúdo de classe, na luta entre a burguesia e o proletariado. Tal luta de classe, instituição do capitalismo, ficou evidente nas teses e aspirações da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Devemos reconhecer que o PCB fez, na época, uma avaliação errada da situação. O povo, principalmente os operários e camponeses, não estava, de fato, integrado ao processo revolucionário. Restringia-se, em muito, ao setor militar. E revolução sem povo não é revolução: é golpe.

A repressão, no entanto, movida contra os patriotas que se levantaram por um Brasil economicamente justo, socialmente igualitário e politicamente voltado para as liberdades democráticas, foi cruel, sanguinária e odienta. Degolou revoltosos. Fez prisioneiros, em 1935, cerca de 5.000 brasileiros que não se conformavam com a miséria, o desemprego e a ausência de condições para uma vida digna para todos. Em 1936, esse número aumentou para 15.000, chegando a cerca de 20.000 prisioneiros em 1937.

Em 1937, fundamentada em mais uma mentira impingida aos comunistas, com a elaboração pela reação do Plano Cohen, a direita deu o golpe do Estado Novo, institucionalizando a repressão, a tortura e a ditadura.

Esses crimes, todavia, não são lembrados nas comemorações do aniversário da chamada Intentona. Em tais celebrações só se rememoram fatos inverídicos, acusando os comunistas de crimes não cometidos, pois "ninguém foi surpreendido dormindo de pijama nem assassinado pelas costas". Registram, sim, o anticomunismo de que se beneficiam todos os reacionários para esconder as tramas que se cometem contra a soberania nacional e o processo de libertação do povo brasileiro.

São passados cinquenta anos em que o fato histórico

ocorreu. As calúnias permanecem. Não encontram mais, entretanto, ressonância na consciência dos verdadeiros democratas.

Nos 27 de novembro, alguns poucos insistem em mentir. Aqueles mesmos que são incapazes de denunciar injustiças no presente, que compactuaram, por ação e por omissão, com os crimes praticados pela repressão contra as forças populares, vêm agora, pelo rádio, pela televisão e pela imprensa escrita, apresentar versões deformadas sobre o episódio revolucionário de 1935, para, ao tentar manter a indústria do anticomunismo, impor uma "ordem sócio-econômica injusta e degradante.

Pedem eles a "eterna vigilância" contra o "perigo" comunista. Por que não pedem eles um posicionamento nacional contra o desemprego, contra os escândalos financeiros, contra a concentração da riqueza nas mãos de poucos?

Os comunistas, como sempre têm feito no decorrer de nossa História da República, estão presentes na luta do povo brasileiro pelas liberdades democráticas, pela eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte identificada com a maioria do povo brasileiro, para que conquistemos "Paz, Pão, Terra e Liberdade!"

O Partido Comunista Brasileiro, lutando agora por uma Democracia de massas, participa, como vanguarda, do movimento dos trabalhadores de nosso País pela transição para o socialismo, a fim de que a justiça e as liberdades democráticas se estabeleçam e a paz seja uma conquista coletiva."

Esse artigo, como dissemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, escrito pelo professor Edílio Ferreira, de Toledo, Paraná, inserido a partir de hoje, portanto, nos Anais desta Casa, tem por objetivo contribuir para que se reponha a verdade histórica no nosso País. Tenho a certeza de que as comemorações tímidas deste último 27 de novembro jogarão por terra as futuras tentativas nos próximos 27 de novembro, de se colocar a história com meias verdades.

Além dessa nossa intervenção, gostaríamos de abordar o problema relacionado ao Projeto de Lei n. 285/85, mas, concedemos com satisfação a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Muito obrigado, nobre Deputado Márcio Almeida, e no instante em que Vossa Excelência, na data em que Vossa Excelência comunicava à Casa e ao Paraná, o desligamento da Bancada do PMDB para ingressar na Bancada agora inaugurada por Vossa Excelência, do Partido Comunista do Brasil, nós não tivemos a oportunidade de oferecer o aparte que estamos dando nesta tarde, por gentileza de Vossa Excelência.

Queremos, primeiro, corrigir uma injustiça, que eu cometi, contra Vossa Excelência, para, em seguida, parabenizá-lo pela coerência da atuação de Vossa Excelência nesta Casa. Numa oportunidade, fui deselegante com Vossa Excelência, nós que estamos em campos ideológicos opostos e, afirmando naquela oportunidade que Vossa Excelência não tinha coragem de ingressar no Partido Comunista do Brasil, e se abrigava na legenda do PMDB, para fazer o seu proselitismo político.

Quero me penitenciar porque Vossa Excelência deu uma demonstração de coerência, de coragem, e é isto que o povo quer de seus representantes: atuação segura, equilibrada e sobretudo coerência. E Vossa Excelência dá esse exemplo à Casa, ao Paraná.

Poucos no País tiveram a coragem de Vossa Excelência. Quero dizer, mais uma vez reprisar que, eu não abraço a ideologia, e nem sou simpático à ideologia de Vossa Excelência. Mas, ela tem os méritos de ter homens do quilate de Vossa Excelência em suas fileiras. E também, naquele discurso em que Vossa Excelência comunicava à Casa o desligamento, aliás, uma bela peça

oratória, Vossa Excelência citou, de passagem, o nome de um outro grande paranaense que muito admirei, também pela sua inteligência, pela sua coragem cívica, pelo seu amor à Pátria, pela coerência de suas atitudes, pela sua valentia extraordinária, que era o professor José Rodrigues Vieira Netto, a quem eu dedicava uma amizade profunda e sincera.

Portanto, nesta oportunidade, quero me parabenizar com Vossa Excelência, com o Partido Comunista do Brasil por tê-lo em suas fileiras, e dizer que eu me penitencio publicamente pela deselegância que cometi com Vossa Excelência naquela oportunidade.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Nobre Deputado Erondy Silvério, eu, em nome do Partido Comunista Brasileiro, registro, com satisfação a manifestação de Vossa Excelência em relação, especialmente ao ex-Deputado Vieira Netto, ilustre figura e cidadão paranaense, e sabemos do respeito que o senhor sempre teve em relação a ele.

E, do ponto de vista do nosso relacionamento, eu tenho certeza que, como antes...

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa concede-lhe mais um minuto para a conclusão do seu discurso.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Agradeço, nobre Presidente, o tempo e só solicitando que a Mesa Executiva desta Casa faça empenho junto ao Poder Executivo Estadual, no sentido de que ainda inclua na Mensagem de convocação extraordinária, deste Poder, o Projeto de Lei n. 285/85, que o nobre Deputado Rubens Bueno, no Pequeno Expediente, acabou de fazer menção, a Mensagem 199 do Senhor Governador, que pretende corrigir uma injustiça de cinco anos, que cerca de 1.200 professores vêm sofrendo. E que esta Mensagem, depois de muito trabalho, finalmente, depois de muita discussão nas Comissões que levam adiante a proposta desta Mensagem, que finalmente o Governo do Estado remeteu a este Poder, será irremediável se deixarmos de fazer a apreciação devida ainda neste período legislativo.

Era a nossa solicitação à Mesa Executiva desta Casa.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa concede a palavra à representação do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Encerrado o Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguidó, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Mensagem n. 226/85, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, convocando a Assembleia Legislativa do Estado, a reunir-se extraordinariamente no período de 06 a 31 do corrente mês, para o fim especial de apreciar as matérias de relevante interesse público.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Guibert, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n. 124/85, incluído na Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 273/85, que denomina "José Adamowicz" o trecho de Rodovia Cândido de Abreu - Reserva. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 68/85, que objetiva criar quatro (4) cargos em Comissão para a Secretaria de Planejamento. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferências de votação, acima aprovados:

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 124/85, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que dispõe o cálculo da gratificação de que trata o inciso III, do art. 172, da Lei n. 6174, de 16.11.70, dever-se-á considerar como vencimento a importância devida ao servidor como remuneração básica de seu cargo, acrescida dos percentuais, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade e PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H. ao SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**
Aprovado o Substitutivo Geral.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 273/85, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR e OUTROS, que denomina de "JOSÉ ADAMOWICZ" o trecho de Rodovia Pr-239, compreendido entre as cidades de Cândido de Abreu e Reserva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 68/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 92/85), que objetiva a criação de 04 (quatro) cargos de provimento em Comissão, de Assessor, símbolo DAS-5, na estrutura da Secretaria de Estado do Planejamento. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e EMENDA, por unanimidade e PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO.**

Em discussão o projeto e as emendas.

Em votação a Emenda de n. 01. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de n. 02. **Aprovada.**

Em votação o Projeto. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria da Ordem do Dia:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n. 219/84, (Mensagem n. 165/84), que objetiva alterar a redação ao Artigo 27, da Lei n. 7.055, de 04 de dezembro de 1978, bem como adotar outras providências com vistas a estabelecer condições para implantação, através do ITCF, do "Plano de Colonização para fins de Concessão de Uso", em terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 219/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o - O artigo 27 da Lei Estadual n.º 7.055/78, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 27 - As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas poderão ser destinadas a Plano Especial de Colonização para fins de concessão de uso, ou

incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná".

Art. 2.^o - O Estado do Paraná poderá deixar de promover a incorporação de terras devolutas ao patrimônio do ITC quando assim for de interesse público, indenizando conforme o caso, as benfeitorias e acessões de boa fé.

§ 1.^o - O interesse público referido neste artigo, será definido com base nos seguintes critérios conjugados:

I - Necessidade em promover o reassentamento de rurícolas;

II - Viabilidade de efetivar-se na área o Plano Especial de Colonização;

III - Inexistência de elementos caracterizadores de unidades familiar ou de propriedade familiar;

IV - A natureza da atividade principal e renda dos referidos no inciso I do artigo 34 da Lei n.º 7.055/78.

§ 2.^o - Constitui propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente, explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada tipo de região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros, nos termos do artigo 4.^o, inciso II, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra).

Art. 3.^o - Entende-se por concessão de uso, para os fins desta lei, a outorga pelo Estado da posse e da faculdade de utilizar o bem concedido nos termos da destinação especial e nas condições e limitações previstas em lei.

Parágrafo único - As terras devolutas de que trata a presente lei, poderão ser objeto de titulação definitiva pelo Estado do Paraná, desde que requerida a outorga do domínio pelo ocupante, nos termos do art. 28 da Lei Estadual n.º 7.055/78.

Art. 4.^o - O Plano Especial de Colonização referido no artigo 1.^o, bem como o Plano de Colonização previsto nos artigos 16 e 17, do capítulo IV, da Lei Estadual n.º 7.055/78, compreenderão:

I - o acesso à terra com o aproveitamento racional e eficaz dos recursos fundiários públicos.

II - melhoria das condições econômicas, sociais e culturais no meio rural, preparo educacional e formação técnico-profissional;

III - o estímulo à atividade cooperada e ao desenvolvimento comunitário;

IV - desenvolvimento e prática de política agrícola integral, eficaz para fixar o homem no campo;

V - a proteção do meio ambiente;

VI - colaboração de órgãos federais e municipais na formulação e execução da política fundiária;

VII - ação conjunta de órgãos da Administração Estadual, associações e entidades ligadas à questão agrária, coordenada pelo ITC.

Parágrafo único - O Poder Executivo expedirá decreto regulamentando a participação dos órgãos da Administração Estadual.

Art. 5.^o - O Estado do Paraná outorgará título de concessão de uso, com as seguintes cláusulas resolutivas:

I - uso efetivo da área;

II - domicílio e residência na área;

III - intransferibilidade a qualquer título;

IV - preservação de, no mínimo, a quarta parte da área do imóvel em mata, ou a reposição, no prazo de dois (2) anos, na mesma proporção se houver sido devastada.

V - cumprimento das condições contidas no Plano Especial de Colonização.

§ 1.^o - Os títulos de concessão de uso serão assinados pelo Governador do Estado e pelo Presidente do ITC, devendo conter a qualificação completa do beneficiário, área, con-

frontações e individualizações necessárias, bem como as condições da concessão.

§ 2º - Aberta a matrícula em nome do Estado do Paraná, será averbado à margem o título de concessão de uso, que gozará de insenção tributária.

Art. 6º - Resolvida a concessão pelo inadimplemento do beneficiário, restituir-se-ão as partes ao estado anterior em que se encontravam, independente de notificação.

Parágrafo único - Em caso de revogação por interesse do Estado, independente de descumprimento das condições referidas no artigo 5º da presente Lei, serão indenizadas as benfeitorias e acessões realizadas pelo beneficiário da concessão.

Art. 7º - A morte do beneficiário extingue de pleno direito a concessão de uso.

Parágrafo único - Aos sucessores que residam na área objeto da concessão e que a tenham tomado produtiva, será outorgado o título de concessão superveniente à morte do beneficiário.

Art. 8º - O ITC manterá cadastro técnico e administrativo de todas as concessões de uso com as anotações devidas.

Art. 9º - A concessão de uso será efetivada a título oneroso, sendo no máximo vitalícia.

Art. 10 - Os rurícolas participarão do Plano Especial de Colonização após processo seletivo, que será realizado conjuntamente pelo ITC e as entidades referidas no artigo 4º, inciso VII, do qual será assegurada publicidade.

Art. 11 - Não poderão ser beneficiários do Plano Especial de Colonização para fins de concessão de uso;

I - os servidores públicos;

II - os proprietários de imóvel rural;

III - as pessoas jurídicas;

IV - os que já tiverem sido beneficiados em Plano Especial de Colonização para fins de concessão de uso e que descumpriram as condições referidas no artigo 5º da presente Lei.

V - parentes, até segundo grau, de funcionários de órgãos ligados direta ou indiretamente ao Plano Especial de Colonização referido no Art. 11 desta lei.

VI - os que direta ou indiretamente estiverem incumbidos da sua guarda e administração do imóvel, nos termos do art. 25 desta Lei.

VII - os que direta ou indiretamente tiverem participação na elaboração e execução de projetos ou programas de regularização e colonização, nos termos do art. 25 desta lei.

Art. 12 - Da concessão de uso disciplinada nesta Lei, o Poder Executivo regulamentará mediante decreto:

I - as condições de uso, direitos e deveres dos beneficiários;

II - o processo de seleção dos rurícolas;

III - a área máxima e mínima.

IV - a forma de remuneração da concessão de uso, compatível com a situação dos rurícolas beneficiados.

Art. 13 - Os imóveis de domínio do Estado do Paraná, suscetíveis de exploração agrícola, poderão ser destinados a Plano Especial de Colonização para concessão de uso.

Art. 14 - As pessoas jurídicas da administração estadual poderão transferir ao patrimônio do Estado imóveis rurais, com a destinação específica para concessão de uso.

Parágrafo único - O Estado não poderá dar destinação diversa da estabelecida nesta lei aos imóveis referidos neste artigo, sob pena de facultar o retorno dos mesmos ao patrimônio da pessoa jurídica de origem.

Art. 15 - Os recursos financeiros necessários à concretização desta lei serão consignados pelo Estado do Paraná a conta do Fundo de Desapropriação e Colonização do ITC.

Art. 16 - As disposições constantes nesta Lei aplicam-se no que couber, às ilhas fluviais de domínio do Estado do Paraná.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado, através do ITC, a firmar Convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, visando a desapropriação por interesse social de áreas para promoção de reassentamento e colonização.

Parágrafo único. O Convênio de que trata este artigo deverá, antes de sua assinatura, ser submetido à apreciação do Plenário da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 18 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03/12/85.

HOMERO OGUIDO

Presidente

TADEU FRANÇA

Relator

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 38/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que autoriza o Poder Executivo criar a 20ª Subdivisão Policial com sede no município de Nova Esperança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 40/85, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que dá nova redação ao Art. 15 da Lei n. 4617, de 16.07.62, conforme específica. (Orçamento do Estado consignará anualmente, importância nunca inferior a um mínimo de 1% de sua renda tributária em favor do Instituto de Assistência ao Menor). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 128/85, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA e OUTROS, que cria sob a forma de Fundação, a Universidade Estadual do Litoral e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade ao Substitutivo Geral da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 115/85 (Mensagem n. 123/85 - ex-Proposição n. 107/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e municípios de Enéas Marques, Francisco Beltrão e Umuarama, objetivando respectivamente, a realização do I Encontro de Produtores de Leite: a realização da EXPOBEL englobando seis exposições; e realização da XII Feira Exposição Agropecuária e Industrial. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 116/85 (Mensagem n. 127/85 - ex-Proposição n. 115/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, EMOPAR e os municípios mencionados objetivando execução de obras de

reparos nas Delegacias de Polícia. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 117/85 (Mensagem n. 132/85 - ex-Proposição n. 120/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e municípios mencionados, com a participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 118/85 (Mensagem n. 137/85 - ex-Proposição n. 123/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 13.05.82, entre o Estado do Paraná e a CIC, com interveniência do município de Curitiba, objetivando desenvolvimento do "Programa de Industrialização do município de Curitiba". EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 119/85 (Mensagem n. 142/85 - ex-Proposição n. 124/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná sob o n. 105/85, em 31.07.85, através da Secretaria do Planejamento e a SUDESUL, figurando como intervenientes a Secretaria da Agricultura, ACARPA/EMATER, IAPAR, ITCF, CAFE DO PARANÁ, com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 120/85 (Mensagem n. 143/85 - ex-Proposição n. 125/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através das Secretarias do Planejamento, da Agricultura e do Interior e da COPEL, com a TELEPAR e o município de Curitiba, objetivando execução da 1.^a etapa do Projeto "UNIBASE", na região metropolitana do referido município. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 121/85 (Mensagem n. 145/85 - ex-Proposição n. 127/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e municípios mencionados, com interveniência da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros do Programa Especial para Desenvolvimento da Infra-estrutura dos Municípios-Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 122/85, (Mensagem n. 146/85 - ex-Proposição n. 129/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 20.02.85, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Cultura e do Esporte e municípios mencionados, objetivando prover os municípios de equipamentos esportivos, com vista à execução do Projeto de Polarização do Esporte. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 123/85, (Mensagem n. 149/85 - ex-Proposição n. 132/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a CEF, de 14.02.80 e do seu termo aditivo de 16.05.83, objetivando aplicação de recursos do Programa Especial de Módulos Esportivos — PEME — com vista à implantação de módulos esportivos nos municípios de Ivaí e Salto do Lontra. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 124/85, (Mensagem n. 153/84 - ex-Proposição n. 135/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 299/85, celebrado em 16.08.85, entre o Estado do Paraná e o município de Santa Mariana, com vista à aplicação de recursos financeiros do Programa de ação municipal — PRAM. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 125/85 (Mensagem n. 159/85 - ex-Proposição n. 139/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Protocolo de cooperação celebrado entre o Estado do Paraná e o Estado de Mato Grosso do Sul, com interveniência da Secretaria da Indústria e do Comércio, objetivando cooperação técnica entre os signatários com vista à execução de um Programa de Implantação de microdestilarias de álcool no Estado de Mato Grosso do Sul. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 126/85, (Mensagem n. 161/85 - ex-Proposição n. 141/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio e a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel, objetivando cooperação técnica e financeira com vista à execução do Programa de Microdestilarias de Álcool. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 127/85, (Mensagem n. 164/85 - ex-Proposição n. 144/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, nas datas e com os objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 128/85 (Mensagem n. 165/85 - ex-Proposição n. 145/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, o município de Telêmaco Borba e a Indústria Klabin do Paraná de Celulose S.A., com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 129/85, (Mensagem n. 168/85 - ex-Proposição n. 148/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos celebrados pelo Esta-

do do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública, com intervenção da EMOPAR, objetivando construção de prédios destinados a abrigar unidades da Polícia Militar nos municípios de Marilândia do Sul, Guaraniaçu e Jaguariaíva. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 130/85, (Mensagem n. 160/85 - ex-Proposição n. 140/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 13.03.85, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando cooperação técnico-financeira com vistas a dar continuidade na execução do Projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba". EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 134/85, (Mensagem n. 163/85 - ex-Proposição n. 143/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com partes e datas que especifica, visando execução do Projeto "Pesquisa e Cadastramento Industrial para elaboração do Catálogo de Produtos Paranaenses". EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 135/85, (Mensagem n. 166/85 - ex-Proposição n. 146/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os municípios mencionados, com intervenção do DER, visando a execução de obras integrantes do Projeto "PROSAFRAS". EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 136/85, (Mensagem n. 169/85 - ex-Proposição n. 149/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a intervenção da Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, com as partes, datas e objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 137/85, (Mensagem n. 172/85 - ex-Proposição n. 152/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o INCRA, objetivando ação coordenada entre o INCRA e o Estado para execução de ações fundiárias, compreendendo as atividades de assentamento de 354 (trezentos e cinquenta e quatro) famílias de agricultura no município de Manguaçu. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 139/85, (Mensagem n. 181/85 - ex-Proposição n. 153/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 15.08.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios mencionados com a participação da COMEC, ob-

jetivando a implementação de atividades constantes do "III PROJETO EBTU/BIRD, Subprojeto PROPAV", que visa implantação de obras que beneficiem o Sistema de Transportes Públicos. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 140/85, (Mensagem n. 157/85 - ex-Proposição n. 137/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 22.02.85, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Trabalho, com intervenção da Secretaria da Indústria e do Comércio, da Secretaria de Emprego e Salário e da DRT/PR, com vista à implementação do SINE, no Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 141/85, (Mensagem n. 167/85 - ex-Proposição n. 147/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com intervenção da EMOPAR, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas das municipalidades mencionadas. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 142/85, (Mensagem n. 170/85 - ex-Proposição n. 151/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, de 18.04.85, através da Secretaria dos Transportes e os municípios mencionados, objetivando ação conjunta para execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 143/85 (Mensagem n. 182/85 - ex-Proposição n. 154/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com município de Cambira, em 05.08.85, visando fomentar a cafeicultura local através da produção, embalagem e distribuição de mudas de café; com município de Ribeirão Claro em 12.08.85, visando formação de viveiros de mudas de café, para restauração da cafeicultura paranaense. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 144/85, (Mensagem n. 189/85 - ex-Proposição n. 156/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 16.09.85, entre o Estado do Paraná e Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com intervenção do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando preparação do "Subprojeto Aglomeração Urbana Londrina-Maringá — METRONOR" do Projeto Especial Cidades de Porte Médio. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 145/85, (Mensagem n. 158/85 - ex-Proposição n. 138/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 25.01.85, entre o Estado do Paraná e a Telecomunicações Brasileiras S/A, com

interveniência da Secretaria da Indústria e do Comércio, com objetivos mencionados. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 146/85, (Mensagem n. 162/85 - ex-Proposição n. 142/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes e nas datas que especifica, visando execução do Projeto "Caracterização de Alternativas e Identificação de Oportunidades de Investimentos" nos municípios mencionados, EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 154/85, (ex-Proposição n. 71/85), oriundo de PARECER DA COMISSÃO DO ORÇAMENTO aprovado por unanimidade, e que referenda nos termos do art. 5.^a, da Lei n. 7.986 de 05.12.84, os Orçamentos das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, para o exercício de 1985, todos constantes do Decreto n. 4684 de 02.01.85. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Atílio Octávio Bisatto, ocorrido no dia 28 de novembro do corrente ano, no município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência aos Projetos de Lei n. 317/85 e 322/85. Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) — Solicito que Vossa Excelência anuncie o teor do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — (Lê o teor do requerimento de Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 307/85).

Em votação o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) — Vossa Excelência poderia anunciar de quem se trata o pedido de Regime de Urgência?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Esta Presidência acabou de ler, contudo vai novamente esclarecer Vossa Excelência.

(Lê o requerimento de pedido de Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 307/85).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Interrompendo a leitura)

Agradeço a Vossa Excelência, eu sei do que se trata, isto é, de matéria de Crédito Tributário, e da Majoração do Vencimento do Funcionário Público, entretanto, consulto Vossa Excelência sobre, de quem se trata, isto é, o autor do pedido, do requerimento de pedido de urgência, de vez que, a Mensagem do Aumento do Funcionalismo chegou hoje a esta Casa, ou chegou ontem a esta Casa e, conseqüentemente, não há nem prazo regimental para que as Comissões possam apreciar a matéria!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — O autor do requerimento é o modesto Deputado que preside esta sessão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Imagino que Vossa Excelência esteja prestativo ao funcionalismo público e queira,

Curitiba, quarta, em 04.12.85

desta forma, abreviar a tramitação do processo, nesta Casa, entretanto, eminente Presidente, Vossa Excelência que conhece tão bem o Regime Interno, sabe, que sequer o prazo Regimental para ser apreciada na Comissão de Constituição e Justiça, essa matéria, transcorreu; de tal sorte que, nós daríamos praticamente um atestado de nulidade aos trabalhos das Comissões, na Assembléia Legislativa.

Em conseqüência, faço um apelo à sabedoria política de Vossa Excelência, e à vivência democrática de Vossa Excelência, no sentido de retirar o pedido de urgência, para que nós possamos analisar esse processo, nas comissões competentes deste Poder.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa, a Presidência, o autor do requerimento, atendendo o apelo de Vossa Excelência, vai retirar o pedido.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço, Senhor Deputado.

Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, objetivando instalação de um telefone público no perímetro urbano do distrito administrativo de Corumbataí do Sul, no município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, objetivando a destinação de verbas para o pagamento do 13.^o Salário ao funcionalismo público do município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando a construção de uma nova ponte sobre o Rio Mourão, no município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Senhor Gamaliel Bueno Galvão pela sua iniciativa e empenho para a criação de diversas Juntas de Conciliação e Julgamento neste Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a criação de um convênio com um dos hospitais no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a implantação de uma farmácia no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo a destinação de material para cobertura do centro comunitário do projeto mutirão, no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo a de-

signação de um profissional para prestar atendimento ao setor hortifrutigrangeiro do município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma via de acesso à COAMO e PARANADIESEL, partindo da PR 317, no município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, encarecendo medidas para assegurar que será mantido o sistema de cotas na distribuição de trigo para os moinhos, não aceitando pressões, para a implantação dos chamados leilões. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo providências para o recapeamento asfáltico da ciclovia que liga o município de Sarandi ao município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário Chefe da Casa Civil, encarecendo esclarecimentos pela inclusão preferencial de produto importado, no caso o trigo, nas cestas de alimentos que serão fornecidos pelo Governo, através da COBAL, preferindo produtos essencialmente brasileiros, como o fubá, que só entrará em outra etapa do programa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo auxílio em material (emulsão asfáltica), destinado a executar serviço de pavimentação em aproximadamente 70 metros, na via de acesso ligando a rodovia PR-552 à Vila Guadiana. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo a criação do Distrito Judiciário de São Silvestre, no município de Cruzeiro do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, por intermédio do Senhor Governador do Estado, encarecendo equiparação funcional relativa ao cargo de gerente de almoxarifado dos escritórios existentes nos municípios de Campo Mourão, Paranavaí e União da Vitória. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do município de Cândido de Abreu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do município de Faxinal.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do município de Colorado.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do município de São João do Itaipó. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do município de Lunardelli. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do município de Jardim Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do município de Manoel Ribas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do município de Borrazópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do município de Jandaia do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo recursos para auxiliar no pagamento do 13.º Salário aos funcionários do município de Iretama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 26.º aniversário de fundação da Rádio Difusora do município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Superintendentes do IAPAS, INPS e INAMPS, encarecendo a construção de uma agência da Previdência Social no município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, para que envie mensagem aditiva a esta Casa à Proposta do Código de Divisão e Organização Judiciária criando a Entrância Especial no município de Paranaguá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social, encarecendo o estabelecimento de concorrências para os credenciamentos da rede hospitalar. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Presidência da Assembléia comunica aos Senhores Deputados que foi designada a data de 9 de dezembro de 1985, às 15 horas, para audiência com o Senhor Secretário de Indústria e Comércio, a fim de que explique os convênios na aquisição e instalação de microdestilarias.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n. 68, 124, 128, 241 e 242/85.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 237/85 e do Projeto de Resolução n. 154/85.

Ficando assim encerrado o Período Legislativo.
Levanta-se a sessão.